



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda**

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
Conselho de Recursos Tributários - CRT
1ª Câmara de Julgamento

RESOLUÇÃO Nº 179 /2017

97ª SESSÃO ORDINÁRIA de 14 de novembro de 2016

PROCESSO Nº 1/1344/2016 AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2/201604719

RECORRENTE: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

AUTUANTE: FRANCISCO GERALDO G. BARBOSA

RELATOR: JOSEOMI LOUREIRO MOREIRA DE OLIVEIRA

EMENTA: ICMS – Auto de Infração - TRANSPORTAR MERCADORIA SEM DOCUMENTO. Infração aos artigos 140 e 829 do Decreto 24.569-97, Sanção prevista no artigo 123, III, “a” da Lei 12.670\96, com nova redação dada pela Lei 13.418\03, defesa tempestiva, decisão unânime nos termos do representante da PGE. Autuação **procedente**.

PALAVRA-CHAVE: Correios, Mercadorias desacompanhadas de documento fiscal, alegação de imunidade tributária, **PROCEDÊNCIA**.

RELATÓRIO:

Originado pelo Auto de Infração 201604719-3, que ressalta o transporte de mercadoria sem documento fiscal pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no caso um relógio Invicta Norma “V” MOD-15919W/R-500 MT, no valor de R\$ 1.643,87 (um mil, seiscentos e quarenta e três reais e oitenta e sete centavos), arbitrado com base em pesquisa na Internet.

A EBCT, contesta o feito alegando que na qualidade de entidade pública federal da Administração Indireta vinculada ao Ministério das Comunicações, criada pelo Decreto-Lei nº 509/69 para explorar e executar atividade em nome da União, por outorga (não por autorização, permissão ou concessão), encontra-se protegida pelo Artigo 150, Inciso VI, letra “a”, da Constituição Federal e pela decisão da 2ª turma do Supremo Tribunal Federal, que deu provimento ao Recurso Extraordinário 407099 – RS, interposto pela ECT contra acórdão do TRF – 4ª Região, para reconhecer a imunidade tributária da ECT, em decorrência apresentando impugnação ao referido Auto.

Em julgamento de 1ª Instância, exarado pelo Julgador Administrativo Maurício Estácio Chaves, inclusive amparado em manifestação da Procuradoria Geral do Estado, por meio do Parecer nº 34/99, foi definido como procedente o Auto de

Infração, e intimada a infratora para no prazo de 30 (trinta) dias recolher aos cofres do Estado a quantia de R\$ 659,98 (seiscentos e cinquenta e nove reais e noventa e oito centavos), ou querendo interpor recurso ordinário em igual prazo, junto ao Egrégio Conselho de Recursos Tributários.

Neste Parecer, a Procuradoria Geral do Estado esclarece que o Parágrafo 2º do Artigo 17 da Lei nº 6.538/ (Lei dos Correios) não foi recepcionado pela Constituição Federal de 88, e assim "A imunidade recíproca insculpida no Artigo 150, Inciso VI, Letra "a" da Constituição não alcança as prestações de serviço de transporte realizadas pelos correios, imitando-se a proteger o serviço postal *stricto sensu*..."

Intimada a ECT interpõe RECURSO para que sejam os autos encaminhados à Segunda Instância, para apreciação e julgamento, e nas Razões da Recorrente ressalta o Artigo 12 do Decreto-lei 509/69, bem como o 47 da Lei nº 6.538/78, e apresenta recursos de defesa mais uma vez na mesma linha dos sempre destacados nos diversos processos anteriores - folhas 21 E 22.

Destaca-se aqui uma síntese do conciso parecer do digno Assessor Processual Tributário, José Sidney Valente Lima, que ressalta terem os agentes do Fisco promovido o Auto de Infração objeto desse relato, em consonância com o que consta no Parecer de nº 34/99 da PGE, bem com na determinação contida no Art. 140 do Decreto nº 24.569/97.

A propósito disto, o CONAT, diante das reiteradas decisões sobre o tema, editou a Súmula nº 7, que possui o seguinte teor: **A imunidade que goza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos protege apenas o serviço postal *strictu sensu* e não alcança o transporte de mercadorias, e quando desacompanhadas de documento fiscal ou sendo esta inidônea, importa em fato gerador de obrigação tributária que a reveste da condição de responsável tributário.**

Concluindo análise, o Assessor Tributário considerando que o ilícito tributário denunciado ficou caracterizado nos autos e que o transportador das mercadorias é o responsável pelo imposto devido neste caso, é correto o lançamento fiscal formulado contra a empresa autuada, exigindo-lhe o imposto devido na operação e a multa prevista no Art. 123, inciso III, alínea "a" da Lei nº 12.670/96. Isto posto, somos pelo conhecimento do recurso ordinário, negando-lhe provimento, a fim de confirmar a decisão condenatória de primeira instância.

Encaminhado ao Dr. Mateus Viana Neto, digno Procurador Estadual, este enfatiza que "por seus fundamentos fáticos, adotamos o Parecer do Assessor Tributário, que repousa às folhas 27 a 29 dos autos".

VOTO DO RELATOR

Já não é de hoje, pois remonta a tempos, as inúmeras as vezes em que agentes fiscais tributários têm autuado a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos por transporte de mercadorias desacompanhadas de documento fiscal.

Repete-se também de forma incansável, a argumento de que se trata de uma entidade pública da administração indireta vinculada ao Ministério da Comunicação, criada pelo Decreto-Lei 509/69, para explorar executar atividade em nome da União, arguindo inclusive ser detentora de imunidade tributária.

Não prosperando tal defesa e tendo em vista as reiteradas decisões sobre o tema, o CONAT editou a Súmula 7, que possui o seguinte teor: **A imunidade que goza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos protege apenas o serviço postal *strictu sensu* e não alcança o transporte de mercadorias, e quando desacompanhadas de documento fiscal ou sendo inidônea, importa em fato gerador de obrigação tributária que a reveste da condição de responsável tributário.**

Amparado, então, pela Súmula 7 e em completa sintonia com o que conclui o Assessor Tributário, voto pelo conhecimento do recurso ordinário interposto, negando-lhe provimento, a fim de confirmar a decisão condenatória de primeira instância.

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Principal: R\$ 279,45

Multa: R\$ 493,16

TOTAL- R\$ 772,61

DECISÃO

Visto, discutidos e relatado, a 1ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, após conhecer do recurso ordinário interposto, resolve preliminarmente, em relação à nulidade em razão da imunidade tributária, arguida pela recorrente, afastá-la por decisão unanime, conforme Parecer da Assessoria Tributária e, no mérito, também por unanimidade de votos, resolve negar provimento ao recurso, confirmando decisão **CONDENATÓRIA** proferida pela 1ª Instância, de acordo com o voto do Relator e em consonância com o Parecer da Assessoria Tributária, acatado, pelo representante da douda PGE.

SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS aos. 21/08/17


Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA


Mateus Viana Neto
PROCURADOR DO ESTADO

Ciente em: 21 de 08 2017



Joseomi Loureiro Moreira de Oliveira
Conselheiro


Valter Barbalho Lima
Conselheiro


Sandra Arraes Rocha
Conselheira


Maria Elíne de Silva e Souza
Conselheira

Jussara Dias Soares
Conselheira


Ana Thereza N. Soares Martins
Conselheira